

## As Contribuições das cooperativas de crédito no desenvolvimento das áreas rurais

Ayawovi Djidjogbe Fanho \*

ORCID iD

<https://orcid.org/0000-0002-7766-7933>

Omar Ouro-Salim \*\*

ORCID iD

<https://orcid.org/0000-0003-1792-4886>

### RESUMO

As cooperativas de crédito desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das áreas rurais, fornecendo serviços financeiros, como empréstimos e contas correntes, a agricultores e membros de comunidades rurais que não têm acesso aos serviços bancários tradicionais. Elas representam um modelo de financiamento que oferece valores e benefícios específicos para a população rural. O objetivo deste artigo é demonstrar a importância das cooperativas de crédito no financiamento de projetos rurais e justificar os valores e as características que tornam as cooperativas de crédito indispensáveis para promover o crescimento da população rural. A metodologia adotada baseia-se em uma análise bibliográfica, consultando fontes de bancos de dados como Google Scholar, Elsevier, Scielo e a base de dados da Capes. Os critérios utilizados para a seleção dos textos privilegiaram, em primeiro lugar, aqueles que analisam o conceito de cooperativas de crédito e seu impacto no desenvolvimento rural, seguidos daqueles que contextualizam o surgimento do cooperativismo em nível mundial e no Brasil a partir de uma perspectiva histórica. Essa abordagem garante que as fontes utilizadas sejam confiáveis e reconhecidas por sua qualidade acadêmica, aumentando assim a validade e a confiabilidade deste estudo. Os resultados mostram que as cooperativas de crédito são essenciais para a promoção do desenvolvimento socioeconômico não apenas nas áreas rurais, mas também na economia nacional como um todo.

### PALAVRAS-CHAVE

Cooperativas De Crédito; Desenvolvimento Rural; Áreas Rurais



## The Contributions of Credit Cooperatives in the Development of Rural Areas

### ABSTRACT

Credit unions play a crucial role in the development of rural areas, providing financial services such as loans and current accounts to farmers and members of rural communities who have no access to traditional banking services. They represent a financing model that offers specific values and benefits for the rural population. The aim of this article is to demonstrate the importance of credit cooperatives in financing rural projects, and to justify the values and characteristics that make credit cooperativism indispensable for fostering the growth of the rural population. The methodology adopted is based on a bibliographical analysis, consulting sources from databases such as Google Scholar, Elsevier, Scielo and the Capes database. Criteria for text selection favored first those analyzing the concept of credit unions and their impact on rural development, followed by those contextualizing the emergence of cooperativism globally and in Brazil from a

---

\* Licenciado em Contabilidade, Controle e Auditoria pela Faculdade de Economia e Administração (FASEG) da Universidade de Lomé (UL), mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. E-mail: fanhoparfait@gmail.com

\*\* Marketing, Cooperatives, Sustainable Development, Circular Economy, Waste management, Food Supply Chain, SCM. Marketing, Cooperatives, Sustainable Development, Circular Economy, Waste management, Food Supply Chain, SCM. Pesquisador do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) no Brasil, E-mail: ouomar@yahoo.fr

historical perspective. This approach ensures that the sources used are reliable and recognized for their academic quality, thus increasing the validity and reliability of this study. The results obtained show that credit cooperatives are essential for promoting socio-economic development, not only in rural areas but also in the national economy as a whole.

## KEYWORDS

Credit Cooperatives; Rural Development; Rural Areas

## A Nudzɔdzɔ siwo gadodo fe habɔbɔwo wɔna le kɔfenutowo fe ngɔyiyi me

### TOTOÐEME

Gaxɔdɔwɔfewo le vevie na kɔfenutowo fe ngɔyiyi to ganyawo ɲuti dɔwɔnawo abe gadodo kple gaxɔgbalẽviwo nana agbledelawo kple kɔfenutome nutoa me to siwo si gadzraɔfe fe dɔwɔna xoxowo mele o me. Wobua wo be wonye gadodo fe mɔdɔde fe kpɔdeɲu si hea asixɔxɔ kple nɔnɔme siwo dea vi ve na kɔfenutometɔwo. Taɔdzinu si le nyati sia ɲue nye be wɔaɔde gadodo fe habɔbɔwo fe vevienyenye afia le gadodo na dɔwo me le kɔfenutowo me eye wɔaɔde kpe dzidzenu kple nɔnɔme siawo dzi, be woatsɔ ana gaxɔdɔwɔfewo nanye nu vevi aɔde si dina be yeado kɔfenutowo me tɔwo fe dzidzidɔde dzi de ɲɔ. Mɔnu si wozã la no te de agbalẽwo fe xelẽdzesiwo me dzodzro dzi, eye wobia gbe tso tefewo abe nusiwo tso Google Scholar, Elsevier, Scielo kple Capes fe nyatakakadzraɔfewo ene. Dzesi siwo wozã tso tia nunjɔdiwoe nye be woatsɔ esiwo tso numekuku le gaxɔdɔwɔfewo fe nukpɔsusu kple ɲusẽ si wokpɔna de kɔfenutowo me ngɔyiyi dzi le gɔmedzedzea me la aɔde nɔfe gbãtɔ, eye woatsɔ nunjɔdi siwo tso habɔbɔwo fe dodo le xexeame kple le Brazil le ɲutinya me la aɔde nɔfe gbãtɔ dɔdɔwo. To mɔnu sia zazã me la, woate ɲu akpɔ egbo be kakaɔde dzi le dzotsofe siwo wozã ɲu eye wokpɔe dze sii le wo fe sukudede fe nyonyome ta, si na numekuku sia fe nyatefenyenye kple kakaɔde dzi dzina de edzi. Woate ɲu ano te de nusiwo wokpɔ tso eme dzi akpɔe be gaxɔdɔwɔfewo wɔa akpa vevi aɔde le hadome kple ganyawo fe ngɔyiyi dodo de ɲɔ me, menye le kɔfenutowo me deɔdeko o, ke le dukɔa fe ganyawo katã me.

### NYA VEVIWO

Gaxɔdɔwɔfewo, Kɔfenutowo me ngɔyiyi, kɔfenutowo

### Introdução

O cooperativismo de crédito é capaz de promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades locais de forma significativa. Segundo Barros e Araújo (1991), as cooperativas de crédito são uma fonte importante de financiamento para complementar os recursos próprios dos agricultores. Diferentemente dos bancos comerciais, as cooperativas de crédito são gerenciadas pelos próprios membros, o que proporciona maior controle sobre os serviços oferecidos. Além disso, essas instituições geralmente oferecem taxas de juros e serviços mais acessíveis em comparação aos bancos tradicionais (MICCO, PANIZZA, 2005). Por serem organizações sem fins lucrativos, as cooperativas de crédito podem se concentrar no bem-estar de seus membros e da comunidade em geral, reinvestindo os lucros em projetos locais e iniciativas de desenvolvimento sustentável. Com sua estrutura democrática, as cooperativas de crédito incentivam a participação ativa dos membros, fomentando a educação financeira e a

tomada de decisões coletivas. Em resumo, o cooperativismo de crédito é uma alternativa viável e benéfica para aqueles que buscam serviços financeiros justos e acessíveis.

Diversos autores realizaram estudos sobre as cooperativas de crédito, abrangendo diferentes temas. Por exemplo, Abramovay (2004) discutiu a legislação relacionada a esse tipo de instituição, Silva Filho (2002) avaliou o desempenho das cooperativas utilizando o Modelo de Gestão Econômica (GECON), Sales (2008) abordou a questão da taxa de juros, Geriz (2004) examinou as cooperativas como uma forma de promover o crescimento econômico e Fully-Bressan, Braga (2006) desenvolveram o perfil das cooperativas de crédito.

De acordo com Cruzio (2005), as cooperativas de crédito são associações voluntárias de trabalhadores ou profissionais de diferentes áreas, que se unem de forma livre e espontânea, desde que seus interesses individuais estejam alinhados com os objetivos gerais da cooperativa. Elas se destacam de outras organizações por possuírem características próprias, como adesão voluntária, capital social variável, um voto por membro, dependência de um número mínimo de pessoas para existir e a distribuição das sobras e perdas de forma proporcional à produção de cada cooperado (INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE, 2022). Essas características concedem às cooperativas um valor especial, pois valorizam o ser humano e não apenas o capital.

Seguindo a definição proposta por Pinheiro (2007), as cooperativas de crédito são organizações financeiras que operam como cooperativas, com o propósito principal de disponibilizar serviços financeiros aos seus membros. Esses serviços incluem a oferta de empréstimos, a captação de depósitos à vista e a prazo, a emissão de cheques, além de serviços de cobrança, entre outros (PINHEIRO, 2008).

As cooperativas de crédito oferecem serviços financeiros semelhantes aos bancos tradicionais, tais como cartões de crédito, contas correntes, fundos de investimento e seguros, além de diversos tipos de empréstimos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021). Segundo Vilela, Nagano e Merlo (2008), a eficiência das cooperativas de crédito pode ser medida pelo valor agregado aos cooperados, ou seja, pela maximização de resultados e benefícios líquidos. A eficiência na utilização dos recursos, por sua vez, refere-se à capacidade dos agentes ou mecanismos de alcançar seus objetivos e produzir os efeitos esperados, considerando os recursos disponíveis (FERREIRA; GONÇALVES; BRAGA, 2007).

Este trabalho tem como propósito destacar a importância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento rural, utilizando uma metodologia que se baseia na

análise de fontes bibliográficas, tais como materiais provenientes das bases de dados do Google Scholar, Elsevier, Scielo e da Base de dados da Capes. Os critérios de seleção dos textos foram os seguintes: a) textos que apresentam uma análise crítica do conceito de cooperativas de crédito e seu impacto no desenvolvimento rural; b) textos que contextualizam a emergência do cooperativismo no mundo e no Brasil em termos históricos. Essa metodologia garante que as fontes utilizadas sejam de fontes confiáveis e reconhecidas por sua qualidade acadêmica, o que aumenta a confiabilidade e validade deste estudo. Ao usar esses critérios de seleção, esta pesquisa tem como objetivo oferecer uma análise crítica e abrangente dos problemas ambientais associados às cooperativas de crédito e situar seu desenvolvimento em um contexto histórico mais amplo. A partir dos resultados obtidos, é possível observar que as cooperativas de crédito desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento socioeconômico, não somente em regiões rurais, mas também em toda a economia do país.

## **1.Referencial teórico: Cooperativismo de crédito**

A iniciativa socioeconômica do sistema cooperativista tem o potencial de combater a exclusão social e oferecer uma solução para o desemprego em várias áreas, desde agricultores rurais até artesãos e outros trabalhadores que se unem para obter benefícios econômicos. É possível observar a atuação do sistema cooperativista em vários setores da economia atualmente, destacando-se como uma alternativa eficaz para a promoção do desenvolvimento local e regional.

O reforço e o crescimento do sistema cooperativista são considerados dinâmicas positivas, pois essas organizações contribuem para a geração de novos empregos, aumento da renda, mobilidade social, bem como aprimoramento da competitividade e eficiência econômica (OLIVEIRA et al., 2018). Elas são reconhecidas como agentes de mudança, desempenhando um papel crucial na inovação tecnológica e desenvolvimento socioeconômico. Ademais, as cooperativas fornecem oportunidades de emprego para milhões de pessoas em todo o mundo, como observado por diversos autores (FARIA et al., 2016; FONTES; OLIVEIRA; SANTOS, 2020).

As cooperativas são organizações que atuam em diversos setores, como agricultura, pecuária, indústria, comércio e crédito, entre outros (FORNECK; LUBENOW, 2017). Sua função é servir como intermediárias entre o mercado e seus associados (MACHADO, 2011), garantindo uma distribuição eficiente e justa dos produtos e serviços oferecidos. No caso das cooperativas de crédito, elas agem como intermediárias entre os

mercados financeiros e seus associados, que são proprietários e usuários simultaneamente. Os cooperados têm participação na gestão da cooperativa e acesso aos serviços e produtos oferecidos (FERGUSON; MCKILLOP, 2000), incluindo empréstimos e investimentos (WHEELOCK; WILSON, 2013). O papel dessas organizações é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, garantindo a inclusão financeira e a promoção da participação dos associados na gestão e tomada de decisão. As cooperativas podem, assim, contribuir para o fortalecimento das economias locais, além de atuarem como agentes de mudança, desempenhando um papel crucial na inovação tecnológica e na geração de empregos (PINHO; PALHARES, 2004; BUBANS et al., 2003).

As cooperativas de crédito são organizações financeiras que, diferentemente dos bancos, são geridas de forma democrática por seus membros, que são proprietários e usuários simultaneamente (FREITAS et al., 2008). As cooperativas de crédito oferecem serviços financeiros, incluindo empréstimos, a seus associados, sendo que a diversidade de serviços disponíveis pode variar de acordo com o tamanho da cooperativa (MALIKOV et al. 2017). Além disso, as cooperativas de crédito buscam promover o desenvolvimento econômico local e oferecer taxas de juros mais acessíveis do que as praticadas pelos bancos tradicionais (SILVA, 2011). Essas características fazem das cooperativas de crédito uma alternativa importante aos bancos e contribuem para fomentar a economia local.

Segundo o Banco Central do Brasil (BACEN), as cooperativas de crédito são uma área do cooperativismo que apresenta grande dinamismo. Elas funcionam como instituições financeiras cooperativas, que têm como objetivo principal fornecer serviços financeiros aos seus membros. Ao contrário dos bancos tradicionais, as cooperativas de crédito não visam o lucro e buscam oferecer crédito e outros serviços financeiros aos seus cooperados, sob a supervisão e regulação do BACEN (MELONI, 2005; GERIZ, 2004). As cooperativas de crédito oferecem serviços financeiros similares aos bancos, mas possuem diferenças significativas em relação a essas instituições financeiras.

**Quadro 1:** Diferenças entre cooperativas de crédito e bancos

<b>COOPERATIVAS</b>	<b>BANCOS</b>
Associações sem fins lucrativos compostas por pessoas simples	Uma empresa com fins lucrativos que tem como prioridade maximizar os lucros para os seus acionistas
Não há limite de associados	Há limite de ações.
Cada associado (pessoa) tem um voto.	Voto proporcional às ações ordinárias.

As cotas são inacessíveis a estranhos à cooperativa, ainda que por herança.	As ações são livremente negociadas e/ou transferidas.
Os resultados financeiros oriundo de atos cooperativos são isentos de tributos.	Os resultados positivos são altamente tributados.
As sobras (resultado positivo entre os ingressos e dispêndios) são devolvidas aos associados, proporcionalmente às suas operações com a cooperativa no exercício.	O lucro fica à disposição dos acionistas, proporcionalmente ao número de ações ou participação no capital do banco.
São reguladas pela Lei Cooperativa e por legislação própria.	No plano societário, são regulados pela Lei das Sociedades Anônimas.
Estão comprometidas com a comunidade e o usuário.	Não têm vínculo com a comunidade e o público-alvo.
Devolve-se pela colaboração.	Avança pela competição.

**Fonte:** Elaboração própria com base de Meine; Domingues; Domingues (2002).

A quadro apresentado acima destaca algumas das principais diferenças entre as cooperativas de crédito e os bancos. Embora cooperativas de crédito e bancos ofereçam serviços financeiros semelhantes, existem diferenças importantes entre essas instituições, como demonstrado no quadro acima. As cooperativas de crédito são organizações financeiras sem fins lucrativos que são controladas pelos membros, enquanto os bancos são empresas com fins lucrativos que são controladas por acionistas. Além disso, as cooperativas de crédito buscam promover o desenvolvimento econômico local e oferecer taxas de juros mais competitivas e acessíveis do que os bancos tradicionais.

O Decreto nº22.239/32, criado por Getúlio Vargas em 1932, foi o primeiro a estabelecer regras específicas para as sociedades cooperativas, especialmente as cooperativas de crédito. O artigo 30 do decreto define as cooperativas de crédito como organizações cujo objetivo principal é fornecer crédito e moeda a seus associados por meio da mutualidade e da economia, com uma taxa módica de juros. Essas cooperativas ajudam particularmente pequenos trabalhadores em qualquer área de atividade, como agricultura, indústria, comércio ou profissão, e também podem realizar operações de crédito passivo e outros serviços relacionados ao crédito com pessoas externas à sociedade.

As cooperativas de crédito são organizações formadas por pessoas com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos e imunes à falência, que buscam fornecer crédito e serviços financeiros aos seus associados. No Brasil, elas são reguladas por leis específicas, como a Lei nº 4.595 de 1964 e a Lei nº 5.764 de 1971, além de atos normativos emitidos pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Monetário Nacional. Além disso, as cooperativas de crédito são regidas por seus próprios estatutos sociais, que definem suas atividades e normas internas.

De acordo com IFIBE (2012), as cooperativas de crédito têm se mostrado como importantes ferramentas para a efetivação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e à inclusão social. Através da redução das taxas de juros, do aumento da renda e da criação de linhas de crédito específicas para diferentes atividades e segmentos, as cooperativas de crédito têm beneficiado um número crescente de agricultores, integrando-os aos programas de apoio e contribuindo para o desenvolvimento econômico das comunidades rurais. Desse modo, fica evidente a importância fundamental das cooperativas de crédito na promoção da inclusão financeira e no fortalecimento da agricultura familiar, impulsionando a economia local de maneira sustentável.

## **2.Desenvolvimento rural**

O Desenvolvimento Rural (DR) é um tema complexo e amplamente discutido nos últimos 30 anos, envolvendo a economia agropecuária, agroindústrias e seus mercados. Devido à sua relevância, o DR é frequentemente abordado em debates acadêmicos e governamentais, sendo fundamental para a promoção de melhorias na qualidade de vida das comunidades rurais e para o desenvolvimento sustentável das regiões agrícolas e, de acordo com a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS) em 2013, o conceito de DR não está limitado à modernização agrícola, industrialização ou urbanização do campo. Em vez disso, para Kühn (2015), o desenvolvimento rural é considerado um mecanismo que busca melhorar ou normalizar a qualidade de vida dos indivíduos que vivem em sociedade. No entanto, Navarro (2001) argumenta que definir o conceito de desenvolvimento rural é bastante desafiador, uma vez que ele agrega vários outros conceitos e é considerado central para a análise de outras ideias relacionadas à DR.

O desenvolvimento rural é um tema que exige atenção especial, devido à sua ligação com diversas áreas (social, cultural, política e econômica) e à necessidade de uma visão de futuro a longo prazo (PLOEG et al. 2000). Para uma compreensão completa desse conceito, é fundamental entender a importância de cada um dos seus componentes (desenvolvimento e rural) dentro do seu contexto original.

### **2.1.Desenvolvimento**

Até o século passado, o conceito de desenvolvimento era entendido como evolução e progresso, caracterizado pela ideia de crescimento econômico. Esse conceito

foi substituído pela ideia de que o dinamismo econômico poderia melhorar os indicadores sociais e ser visto como desenvolvimento econômico. No entanto, nos últimos anos, essa definição tem sido questionada e o conceito de desenvolvimento passou a incorporar indicadores de bem-estar, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e a consideração da sustentabilidade ambiental no conceito de desenvolvimento sustentável.

Devido aos seus valores únicos, objetivos sociais e política de engajamento em conceitos importantes (social, cultural, político e econômico), o conceito de desenvolvimento tem recebido grande atenção e se tornou um dos temas mais discutidos em diversas conferências e o mais estudado nos meios acadêmicos recentemente. Segundo Almeida (1995, p. 4), "A noção de desenvolvimento, por outro lado, tem como objetivo evidenciar todas as dimensões - econômica, social e cultural - da transformação estrutural da sociedade", enquanto Ribeiro (1991, p. 2) acrescenta que "Desenvolvimento é uma das noções mais inclusivas existentes no senso comum e na literatura especializada". Portanto, o conceito de desenvolvimento é abrangente e engloba diversas dimensões, sendo essencial compreender todas elas para uma visão completa.

Desde a Segunda Guerra Mundial, o conceito de desenvolvimento tem sido ligado principalmente ao crescimento econômico (FONTES, 2010). O termo desenvolvimento tem sido usado como sinônimo de crescimento em economias avançadas, uma vez que a produção e venda de bens e serviços estão fortemente relacionadas ao desenvolvimento, conforme Kühn (2015, p. 4). Sachs (2009) afirma que inicialmente o crescimento econômico foi considerado uma alternativa para o desenvolvimento. No entanto, com o tempo, outras dimensões foram adicionadas, resultando em uma série de adjetivos. Atualmente, o conceito de desenvolvimento é definido como socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e economicamente viável (Sachs, 2009, p. 8).

De acordo com os estudos de Pinho (2011), o desenvolvimento é um conceito que pode ser qualificado, enquanto o crescimento econômico pode ser quantificado. Enquanto o PIB per capita é um indicador comum do crescimento econômico, Fontes (2012) argumenta que o desenvolvimento é um processo mais amplo que inclui o crescimento econômico, juntamente com outras dimensões, como a melhoria das condições de vida da população. Isso significa que o desenvolvimento não deve ser medido apenas em termos econômicos, mas também em termos sociais e culturais (FONTES, 2012).

Segundo Janela (2013, p.26), o conceito de desenvolvimento se refere a um processo de progresso e aprimoramento que promove mudanças e inovações na economia. Esse processo vai além do crescimento econômico e inclui a proteção



ambiental, a redução das desigualdades e a satisfação das necessidades prioritárias da população. Para atingir o desenvolvimento, é necessário estimular a capacidade criativa humana, política, cultural e tecnológica, permitindo que as comunidades rurais melhorem suas condições de vida e modifiquem suas relações com o Estado, o mercado e a sociedade civil, conforme destacado na 2ª CNDRSS (2013). O desenvolvimento, portanto, é um elemento determinante para o renascimento da sociedade, ao aumentar a compreensão sobre o mundo e a confiança nas capacidades da humanidade.

A ideia de crescimento impulsionou a busca pelo desenvolvimento, começando com a identificação das habilidades dos agricultores e a definição de normas técnicas para sua implementação. As entidades governamentais de promoção de tecnologia têm o papel de persuadir os agricultores a adotar novas tecnologias em seus sistemas de produção (ALMEIDA, 1995). Contudo, é importante ampliar o alcance do desenvolvimento e contribuir com tecnologias modernas em regiões remotas que ainda não têm acesso a essa inovação. É importante ressaltar que o conceito de desenvolvimento é global e não se limita a uma única parte do mundo, englobando todo o planeta. Apesar de ser mais comum em países desenvolvidos, pode ser aplicado de maneira uniforme e adaptável a circunstâncias e locais diversos, incluindo países em desenvolvimento.



## 2.2.Rural

A definição do conceito de "rural" é frequentemente utilizada para descrever as áreas e comunidades localizadas fora das regiões urbanas, que se caracterizam por serem dependentes da agricultura, pecuária e outras atividades relacionadas ao uso da terra. Contudo, essa definição pode variar significativamente de país para país, e mesmo dentro de um mesmo país, em função das particularidades culturais, socioeconômicas e políticas da região em questão. Além disso, o termo "rural" é frequentemente associado a ideias de simplicidade, autossuficiência e conexão com a natureza, o que reforça a importância dessas áreas na manutenção de um equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a preservação do meio ambiente. Por isso, é essencial reconhecer a diversidade de contextos em que o termo é aplicado e buscar entender as particularidades de cada região, para que possamos promover um desenvolvimento sustentável e equilibrado em todas as áreas, urbanas e rurais.

De acordo com Baptista (2001), a Sociologia Rural, no início do século 20, estabelecia uma clara distinção entre as áreas rurais e urbanas, baseada principalmente nas diferenças demográficas, econômicas e culturais existentes entre essas regiões.

Dessa forma, o objetivo da Sociologia Rural era compreender as particularidades e desafios enfrentados pelas comunidades rurais. É importante destacar que, para essa disciplina, o "rural" se diferenciava claramente do "urbano", considerando aspectos como a forma de vida, as relações sociais e econômicas, e a organização do espaço. Para essa disciplina o rural se distingue de urbano

Estabelecendo a conexão entre os elementos caracterizadores do primeiro e procurando explicar, com base nalgumas variáveis (ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, migrações, sistema de integração social), os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam no espaço, sem rupturas, num contínuo gradual entre os pólos extremos. (BAPTISTA, 2001, p. 55).

De acordo com o argumento de Abramovay (2000), que defende que a ruralidade é um conceito territorial e não setorial, pode-se afirmar que existem três aspectos fundamentais que caracterizam as regiões rurais: a conexão com a natureza, a relevância das áreas pouco povoadas e a dependência em relação aos centros urbanos. Nesse sentido, é importante ressaltar que o desenvolvimento econômico das áreas rurais menos densamente habitadas está diretamente ligado à atividade econômica das cidades próximas e mesmo dos grandes centros urbanos mais distantes.

Mas segundo IBGE (2002), área Rural é a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações de setor: rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural outros aglomerados, rural exclusive aglomerados. (IBGE, 2002, p. 66). De acordo com Wanderley (2000), há duas características essenciais que distinguem o espaço rural do urbano: 1) a forte presença da agricultura, especialmente a agricultura familiar; 2) a falta de acesso a serviços e bens de consumo coletivo. A autora aponta que essa falta de recursos, que é característica do ambiente rural, também é observada nas pequenas cidades que fazem parte desse contexto.

Autores como Carneiro (1999) e Abramovay (2004) possuem em comum a preocupação em compreender a natureza do rural brasileiro. Segundo Carneiro, é importante considerar o rural como um espaço multifuncional e pluriativo, indo além da distinção entre áreas rurais e urbanas. Já para Abramovay, o rural deve ser visto como um território e não como uma etapa a ser superada, uma vez que o seu desenvolvimento depende do capital social dos moradores e da implementação de políticas públicas eficazes, apesar dos indicadores de desenvolvimento geralmente mais baixos. Dessa

forma, ambos os autores destacam a importância de compreender a complexidade e diversidade das regiões rurais, bem como de se promover políticas públicas que levem em consideração as particularidades desses territórios e contribuam para o seu desenvolvimento sustentável.

Segundo Kageyama (2004), o desenvolvimento rural é influenciado tanto por fatores internos quanto externos à região, que englobam uma ampla gama de atores locais e externos, variando de acordo com as características de cada região. Apesar de haver diferentes definições para o termo, é possível notar a presença de aspectos econômicos, sociais e de diversificação das atividades em todas elas. De acordo com Ploeg et al. (2000), o desenvolvimento rural é um processo que ocorre em diversos níveis, envolvendo a participação de múltiplos atores e abarcando múltiplas facetas.

Seguindo o pensamento de Kageyama (2004), o desenvolvimento rural envolve a busca por inovação e a adoção de tecnologias emergentes para reduzir custos de produção, bem como o desenvolvimento de novas estratégias para criar produtos e serviços que atendam a novos mercados. É comum que seja relacionado a uma base territorial, local ou regional, o que o torna multissetorial, segundo Ploeg et al. (2000). As políticas governamentais frequentemente visam promover o desenvolvimento rural e possibilitar que áreas remotas também tenham acesso a inovações tecnológicas, favorecendo a modernização dessas regiões (NAVARO, 2001).

### **3. Metodologia**

No estudo, foi adotada uma abordagem baseada em análise bibliográfica, que envolve a utilização de várias fontes bibliográficas, como jornais, livros e revistas amplamente disponíveis. Segundo Vergara (2000), esse método é adequado para pesquisas teóricas e exploratórias, permitindo uma avaliação crítica de diferentes perspectivas sobre o assunto em questão. Os dados utilizados no estudo foram obtidos de várias fontes, incluindo materiais provenientes das bases de dados do Google Acadêmico, Elsevier, Scielo e da Base de Dados da Capes. Os critérios de seleção dos materiais consistiram em selecionar documentos que apresentam uma análise crítica sobre o conceito de cooperativas de crédito e sua relação com o meio ambiente, bem como textos que situam o surgimento do cooperativismo tanto em escala global quanto no Brasil em um contexto histórico.

Essa abordagem assegura que as fontes utilizadas sejam confiáveis e reconhecidas pela sua qualidade acadêmica, o que aumenta a confiabilidade e validade

desta pesquisa. Ao adotar esses critérios de seleção, nosso objetivo é fornecer uma análise abrangente e crítica dos desafios ambientais associados às cooperativas de crédito e situar o seu desenvolvimento em um contexto histórico mais amplo. A integração dessas fontes possibilitou uma visão ampla e completa sobre o tópico em questão, permitindo assim a construção de um conhecimento sólido e fundamentado. De acordo com Gil (2009), a pesquisa bibliográfica é conduzida por meio do uso de materiais já elaborados, como livros, artigos científicos, dissertações e teses, os quais são utilizados para formar a base teórica do estudo em questão.

### 3.1.Resultado

As cooperativas de crédito desempenham um papel essencial em muitos países, proporcionando uma fonte significativa de crédito para pequenas e médias empresas, bem como para indivíduos (MCKILLOP et al., 2020). Em um contexto em que o capitalismo é a principal forma de organização econômica, o cooperativismo pode oferecer uma alternativa justa e viável para promover a inclusão e a distribuição equitativa de renda entre as pessoas e organizações (NOVKOVIC, 2008). Além disso, as cooperativas de crédito podem trazer benefícios significativos, tanto diretos quanto indiretos, para as comunidades em que atuam, ajudando a combater e reduzir a pobreza (FULLER, 1998).

De acordo com Assunção et al. (2020), as cooperativas de crédito são fundamentais para a distribuição de crédito rural e têm sido reconhecidas como um importante instrumento de política agrícola. Além disso, essas organizações fornecem benefícios regulatórios e têm se mostrado eficazes na promoção da inclusão financeira, oferecendo crédito agrícola para pequenos produtores rurais.

As cooperativas, incluindo as cooperativas de crédito, valorizam a cooperação, a ajuda mútua e a integração para resolver problemas coletivos, conforme destacado por Fanho e Ouro-Salim (2022). Essa abordagem pode ser vantajosa para o desenvolvimento de comunidades rurais. Ademais, a correção de desigualdades e injustiças sociais é um dos princípios cooperativos, garantindo uma distribuição justa e equitativa dos bens e valores que compõem o patrimônio da cooperativa, como observado pela OCB (2003).

Westley e Shaffer (1999) apontam que as cooperativas de crédito são uma importante fonte de financiamento para micro e pequenas empresas, famílias de baixa renda e trabalhadores em muitos países latino-americanos. De acordo com Bauer, Miles e Nishikawa (2009), dados do Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito (WOCCU)

mostram que cerca de 18,5% da população mundial em idade ativa é composta por membros de cooperativas de crédito.

Segundo Taylor (1979), as cooperativas de crédito não buscam metas independentes, mas sim trabalham para promover os interesses de seus membros. Além disso, essas organizações se diferenciam das instituições financeiras ao buscar oferecer as melhores taxas de remuneração sobre as economias e as menores taxas de juros sobre os empréstimos (TAYLOR, 1979). No entanto, essa diferenciação pode gerar conflitos entre os membros, especialmente entre tomadores de empréstimos que buscam taxas de juros mais baixas e poupadores que buscam taxas de remuneração satisfatórias (SPENCER, 1996).

As cooperativas de crédito são reconhecidas por sua eficiência operacional e social, funcionando como uma extensão das economias de seus membros e oferecendo serviços financeiros, conforme descrito por Barroso, Bialoskorski Neto (2010). Os membros da cooperativa estabelecem as taxas e compartilham os retornos gerados entre si como parte do excedente. Como os membros suportam o custo imediato, as taxas podem ser mais baixas. No final do período, uma porcentagem da sobra é distribuída, e a assembleia geral da cooperativa é responsável por decidir a porcentagem das sobras retidas e distribuídas. Essa característica é fundamental para o desempenho financeiro e social das cooperativas e para sua continuidade.

Conforme apontado por Buendia Martinez e Pires (2002), as cooperativas de crédito têm desempenhado um papel importante na promoção do desenvolvimento rural e no fortalecimento das comunidades. De acordo com Diniz e Gonzalez (2015), as cooperativas de crédito têm experimentado um crescimento expressivo como uma opção para inclusão financeira e desenvolvimento local. Essas organizações são estruturadas para oferecer crédito localmente, estimular o comércio e os serviços na região, e Bülow e Machado (2020) acrescentam que a ampla presença do sistema cooperativo de crédito tem impactado positivamente o desenvolvimento local e regional, democratizando o acesso ao crédito e aos serviços financeiros para diversas pessoas.

## **Considerações finais**

O objetivo deste artigo é demonstrar e fundamentar os valores e características que tornam o cooperativismo de crédito um elemento crucial para impulsionar o progresso da população rural. Para alcançar esse objetivo, foi utilizada uma metodologia baseada na análise bibliográfica, consultando várias fontes, como jornais, livros e revistas de ampla

circulação. Os resultados indicam que o cooperativismo de crédito é um instrumento importante para o desenvolvimento socioeconômico das regiões rurais.

As cooperativas de crédito vêm se apresentando como uma opção viável para o desenvolvimento rural, graças à sua capacidade de promover a cooperação entre os membros e gerar benefícios mútuos. A literatura especializada tem destacado a importância das cooperativas de crédito como estratégia para o fortalecimento das comunidades locais. Além disso, essas organizações mantêm uma forte relação com a comunidade, promovendo a cooperação entre os membros e oferecendo serviços financeiros de qualidade a preços acessíveis. Como resultado, as cooperativas de crédito contribuem para a geração de empregos, o estímulo ao empreendedorismo e o fortalecimento da economia local.

A gestão democrática das cooperativas de crédito é fundamental para garantir a participação ativa dos membros nas decisões que afetam a cooperativa, resultando em maior transparência e envolvimento no processo de desenvolvimento. Além disso, as cooperativas desempenham um papel significativo no desenvolvimento rural, fornecendo aos pequenos produtores uma alternativa para acessar mercados mais amplos e oferecendo serviços de apoio à produção. Isso gera benefícios não apenas para os membros da cooperativa, mas também para a comunidade em geral. A importância das cooperativas para o desenvolvimento socioeconômico das regiões rurais é reconhecida pela literatura especializada.

## Referências

ABRAMOVAY, R. Cooperativismo de crédito: efeitos contraditórios de uma legislação restritiva. In: SANTOS, C. A. (org.). **Sistema Financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas**. Brasília: Sebrae, p. 151-157, 2004.

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

ASSUNÇÃO, J., COSTA, D. R. DE M., SOUZA, P. The role of cooperatives in rural credit: cooperative credit grows during the economic crisis and supports the inclusion of small-scale producers. **Policy Brief**. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2020.

BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **IV Seminário Banco Central sobre Microfinanças**. Disponível em: < <http://>

<https://www.bcb.gov.br/pre/SeMicro5/Seminario.asp?frame=1>>. Acesso em: 03 Marco 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cooperativa de crédito?** Banco Central Do Brasil, 2021. <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>.

BAPTISTA, F. O. Agriculturas e territórios. **Oeiras, Portugal**: Celta, 2001.

BARROS, G., ARAÚJO, P. F. C., BISERRA, J. e MESQUITA, T. **Estimativa de custos de transação no crédito rural**: estudo de uma amostra de bancos oficiais no nordeste brasileiro. Piracicaba: FEALQ, 1990.

BARROSO, M. F. G. BIALOSKORSKI NETO, S. Surplus distribution in San Paulo rural credit cooperatives. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, vol. 12, n. 2, 2010.

BAUER, K. J. MILES, L. L. NISHIKAWA, T. The effect of mergers on credit union performance. **Journal of Banking and Finance**, Amsterdam, vol. 33, n. 12, p. 2267-2274, 2009.

BUBANS, C., MANTEI, I., BAVARESCO, L., STEFAN, T., ROSSA, C. G. A importância do cooperativismo para o desenvolvimento regional. **Revista Eletrônica De Iniciação Científica Dos Cursos e Administração e De Ciências Contábeis**, Santa Rosa, Nº 3. jan./jun. 2013.

BUENDIA MARTINEZ, I., PIRES, M. L. L. S. Cooperativas e revitalização dos espaços rurais: uma perspectiva empresarial e associativa. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília. vol. 19, n. 1, p. 99-118, 2002.

CARNEIRO, M. J. “Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa”. In: MOREIRA, J.M.; COSTA, L.F.C. (eds.). **Mundo Rural e Cultura**, Rio de Janeiro, Mauad, 2002, p. 223-240.

CRÚZIO, H. de O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**: uma alternativa para o desemprego. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DINIZ, E., GONZALEZ, L. **What can explain the recent adoption of correspondent banking by credit unions in Brazil?** 2015.

FANHO, A. D., OURO-SALIM, O. O cooperativismo e a sociedade. In: **Anais da Mostra Observa Campos: “Meu Corpo é Terra-Território!”**. Anais...São Francisco de Paula (RS) Uergs Unidade Hortênsias, 2022. Disponível em: <[https://www.even3.com.br/anais/4mostraobservacampos2022/542699-O-](https://www.even3.com.br/anais/4mostraobservacampos2022/542699-O-COOPERATIVISMO-E-A-SOCIEDADE)

[COOPERATIVISMO-E-A-SOCIEDADE](https://www.even3.com.br/anais/4mostraobservacampos2022/542699-O-COOPERATIVISMO-E-A-SOCIEDADE)>. Acesso em: 27/02/2023.

- FERGUSON, C., MCKILLOP, D. G. Classifying credit union development in terms of mature, transition and nascent industry types. **The Service Industries Journal**, Londres, vol. 20, n. 4, p. 103-120, 2000.
- FERREIRA, M. A. M., GONÇALVES, R. M. L., BRAGA, M. J. Investigação do desempenho das cooperativas de crédito de Minas Gerais por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). **Econ. Aplic**, Ribeirão Preto – SP, vol. 11, p. 425-445, 2007.
- FONTES, R. et al. **Economia: Um enfoque básico e simplificado**. São Paulo: Atlas, 2010.
- FORNECK, E., LUBENOW, A. M. Cooperativismo, modernização agrícola e desenvolvimento econômico no oestecatarinense. In: CARBONERA, Mirian, et al (Org.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó, SC: Argos, 2017., vol. 100, p. 315-356.
- FREITAS, A. F., AMARAL, I. D. C., BRAGA, M. J. A influência dos riscos de liquidez e de crédito no processo de conversão das cooperativas de crédito rural em cooperativas de crédito delivre admissão: um estudo de caso. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 4, p. 126-147, 2008.
- FULLER, D. Credit union development: financial inclusion and exclusion. **Geoforum**, vol. 29, n. 2, p. 145-157, 1998.
- FULLY-BRESSAN, V. G., BRAGA, M. J. Perfil das cooperativas de crédito mútuo do estado de Minas Gerais. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa vol. 4, n. 4, p. 511-531, 2006.
- GERIZ, S. D. As cooperativas de crédito no arcabouço institucional do sistema financeiro nacional. **Revista Prima Facie**, Paraiba, vol. 3, n. 4, p. 82-110 jan./jun. 2004.
- IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra**. Rio de Janeiro, IBGE2002.
- ICA - International Co-Operative Alliance. **Cooperative identity, values & principles**. International Co-Operative Alliance. <https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>, 2022.
- IFIBE - Instituto Superior De Filosofia Berthier. **O cooperativismo de crédito familiar e solidaria: instrumento de desenvolvimento e erradicacao da pobreza**. Passo Fundo: IFIBE, p. 13, 2012.
- KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.
- KÜHN, D. D. Desenvolvimento rural: afinal, sobre o que estamos falando? **Redes**, Santa Cruz do Sul, vol. 20, n. 2, p. 11-30, 2015.



- MACHADO FILHO, C. P. **Responsabilidade social e governança: O debate e as implicações** São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- MALIKOV, E., ZHAO, S., KUMBHAKAR, S. C. Economies of diversification in the US credit unionsector. **Journal of Applied Econometrics**, New Jersey, vol. 32, n. 7, p. 1329-1347, 2017.
- MCKILLOP, D. et al. Cooperative financial institutions: a review of the literature. **Working Paper in Responsible Banking & Finance**, University of St Andrews – School of Management, 2020.
- MELONI, M. **Impulso ao microcrédito**. Disponível em: <<http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/comunicacao/artigos/artigo.asp?IdArtigo=101>>. Acesso em: 23/01/2023.
- MEINEN, Ê; DOMINGUES, J. N; DOMINGUES, J. A. S. **Cooperativas de crédito no direito brasileiro**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002a.
- MICCO, A. e PANIZZA, U. ¿ **Debe el gobierno participar en la actividad bancaria? El papel de la banca propiedad del Estado y de la banca de fomento**. Inter-American Development Bank, Research Department, 2005.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, São Paulo SP, vol. 15, p. 83-100, 2001.
- NOVKOVIC, S. Defining the co-operatives difference. **The Journal of Socio-Economics**, Amsterdam, vol. 37, n. 6, p. 2168-2177, 2008.
- OCB - Organização Das Cooperativas Brasileiras. **Manual de Orientação para a Constituição e Registro de Cooperativas**. 8.ed. Brasília: SESCOOP, 2003
- PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de Crédito: História da Evolução Normativa no Brasil**. (6. Ed.). Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.
- PINHO, B. D., VASCONCELLOS, M. A. S. JUNIOR, R. T. **Manual de Economia – Equipe de professores da USP**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- PINHO, D. B. PALHARES, V. M. A. **O Cooperativismo de Crédito no Brasil: do século XX ao século XXI**. Edição Comemorativa. São Paulo: ESETec Editores Associados, 2004.
- PLOEG, J. D. et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Sociologia Ruralis, Routledge, 2000, Vol. 40, N. 4, 391-408.
- RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**. São Paulo, vol. 34, n.34, USP, p. 59-101, 1991.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro. Ed. Garamond, 2004.

SACHS, I. Revisiting development in the twenty-first century. **International Journal of political economy**, New York, vol. 38, n. 3, p. 5-21, 2009.

SALES, J. E. **Cooperativismo de crédito**: influência das taxas de juros no atual contexto. 45 p. Monografia (MBA), Faculdades Pedro Leopoldo, 2008.

SILVA FILHO, G. T. **Avaliação de desempenho em cooperativas de crédito**: uma aplicação do modelo de gestão econômica – GECON. **Revista Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavrs, vol.4, n. 1. 2002.

SPENCER, J. E. An extension to Talor's model of credit union. **Review of Social Economy**, Londres, v. 54, n. 1, p. 89-98, 1966.

TAYLOR, R. A. (1979). Demand for labour by credit unions. **Applied Economics**, vol. 11, n. 3, p. 333-340, 1979.

VILELA, D. L., NAGANO, M. S., MERLO, E. M. Aplicação da análise envoltória de dados em cooperativas de crédito rural. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá/PR, vol. 11, p. 99-120, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo”. **Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, RJ, vol. 8, n. 2, p.87 e p. 145, outubro 2000.

WESTLEY, G. D. SHAFFER, S. Credit union policies and performance in Latin America. **Journal of Banking & Finance**, Amsterdam, vol. 23, n. 9, p. 1303-1329, 1999.

WHELOCK, D. C., WILSON, P. W. The evolution of cost-productivity and efficiency among US credit unions. **Journal of Banking & Finance**, Amsterdam, vol. 37, n. 1, p. 75-88, 2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 23/08/2024

**Para citar este texto (ABNT):** FANHO, Ayawovi Djidjogbe; OURO-SALIM, Omar. As contribuições das cooperativas de crédito no desenvolvimento das áreas rurais, *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.458-475, out. 2024.

**Para citar este texto (APA):** Fanho, Ayawovi Djidjogbe; Ouro-Salim, Omar. (out.2024). As contribuições das cooperativas de crédito no desenvolvimento das áreas rurais. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 458-475.